

COLONIALIDADE LINGUÍSTICA E DESIGUALDADE EPISTÊMICA:

O impacto da hegemonia do inglês na produção científica latino-americana

COLONIALITY AND EPISTEMIC INEQUALITY:

The impact of English hegemony in Latin American Scientific Publishing

Zachary Abramowitz 
abramowitz.zach@gmail.com
 Universidade de Brasília

Daniel Jatobá 
danieljatoba2008@gmail.com
 Universidade de Brasília



Revista dos Cursos de Letras e do Programa
 de Pós-graduação em Letras – Unifap

FLUXO DA SUBMISSÃO

Submissão do trabalho: 2/12/2025
 Aprovação do trabalho: 09/09/2026
 Publicação do trabalho: 13/10/2026

COMO CITAR

ABRAMOWITZ, Zachary; JATOBÁ, Daniel. COLONIALIDADE LINGUÍSTICA E DESIGUALDADE EPISTÊMICA: O impacto da hegemonia do inglês na produção científica latino-americana. Revista Letras Escreve, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 49–66, 2026. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/letrasescreve/article/view/1253>.

Resumo

Este artigo examina criticamente a hegemonia do inglês na comunicação científica contemporânea e suas implicações para a produção de conhecimento na América Latina, articulando políticas linguísticas, colonialidade do saber e dependência epistemológica. A partir de uma revisão teórico-conceitual crítica, fundamentada em autores como Quijano, Mignolo, Canagarajah, Hamel e Beigel, investigam-se os mecanismos pelos quais o inglês opera como filtro epistêmico, condicionando a visibilidade, a circulação e a legitimidade da pesquisa produzida em português e espanhol. Demonstrem-se, ainda, as barreiras estruturais enfrentadas por pesquisadores latino-americanos, incluindo modelos de indexação internacionais, concentrações editoriais, métricas hegemônicas e constrangimentos discursivos, que reforçam assimetrias históricas de poder e produzem processos de invisibilização epistêmica e epistemicídio. Apesar desse cenário, o estudo evidencia a existência de movimentos de resistência e alternativas emancipatórias, como SciELO, Redalyc, AmeliCA e políticas de ciência aberta que afirmam o multilinguismo como princípio de justiça cognitiva. Conclui-se que superar a colonialidade linguística requer revisões profundas nas políticas científicas, valorização das línguas locais e fortalecimento de ecossistemas editoriais regionais, contribuindo para uma ciência global mais plural, democrática e descolonizada.

Palavras-chave: hegemonia linguística; colonialidade do saber; comunicação científica; inglês acadêmico; epistemologias latino-americanas; políticas linguísticas.

Abstract:

This article critically examines the hegemony of English in contemporary scientific communication and its implications for knowledge production in Latin America, articulating language policies, coloniality of knowledge, and epistemic dependence. Drawing on a critical theoretical-conceptual review grounded in authors such as Quijano, Mignolo, Canagarajah, Hamel, and Beigel, the study investigates the mechanisms through which English operates as an epistemic filter, shaping the visibility, circulation, and legitimacy of research produced in Portuguese and Spanish. The analysis highlights the structural barriers faced by Latin American scholars – including international indexation models, editorial concentration, hegemonic metrics, and discursive constraints – that reinforce historical power asymmetries and produce processes of epistemic invisibilization and epistemicide. Despite this scenario, the study identifies emerging forms of resistance and emancipatory alternatives, such as SciELO, Redalyc, AmeliCA, and open science policies that promote multilingualism as a principle of cognitive justice. The article concludes that overcoming linguistic coloniality requires profound revisions in scientific policies, valorization of local languages, and strengthening of regional editorial ecosystems, contributing to a more plural, democratic, and decolonized global science.

Keywords: linguistic hegemony; coloniality of knowledge; scientific communication; academic english; latin american epistemologies; language policies.

<https://periodicos.unifap.br/letrasescreve/index>

Introdução

O panorama contemporâneo da produção científica internacional é atravessado por dinâmicas assimétricas que refletem a persistência de relações coloniais no campo do conhecimento. Dentre essas assimetrias, destaca-se a hegemonia do inglês como língua privilegiada para circulação, legitimação e consagração científica. Diversos autores argumentam que tal hegemonia não constitui apenas uma preferência comunicativa, mas um mecanismo estrutural de poder que regula o acesso aos espaços de visibilidade acadêmica e condiciona a própria definição do que é considerado conhecimento válido. Como enfatiza Phillipson (1992, p. 47), o império do inglês atua como um dispositivo de reprodução de desigualdades geopolíticas, impondo às nações periféricas não apenas um idioma, mas um regime epistêmico. Nessa direção, Mignolo (2006) afirma que a colonialidade do saber não desaparece com o fim formal do colonialismo; ao contrário, ela se reinscreve nos fluxos globais de produção e circulação do conhecimento, perpetuando formas de dependência intelectual e epistemológica.

No contexto latino-americano, tais questões assumem contornos específicos decorrentes da posição histórica da região nos sistemas-mundo coloniais e pós-coloniais. A ciência produzida na América Latina frequentemente enfrenta barreiras para alcançar visibilidade internacional, não apenas pela limitação de recursos ou infraestrutura, mas por operar em regimes linguísticos que não coincidem com os circuitos dominantes da ciência global. De acordo com Beigel (2014), a avaliação científica globalizada privilegia indicadores, plataformas e padrões discursivos alinhados aos interesses e ao idioma das potências centrais, contribuindo para um processo de dependência estrutural que relega a periferia a posições secundárias no mercado editorial acadêmico. Assim, a predominância do inglês como língua de publicação científica se articula a relações de poder mais amplas, dificultando o reconhecimento e a circulação de epistemologias situadas.

Essa hegemonia linguística tem implicações profundas na própria constituição da subjetividade científica latino-americana. Pesquisadores são pressionados a produzir em inglês para obter financiamento, reconhecimento institucional e competitividade acadêmica, o que se traduz em um deslocamento epistêmico que privilegia formas discursivas, referenciais teóricos e agendas de pesquisa alinhadas ao Norte Global. Como argumenta Casanova (2002) no campo literário, e que pode ser aplicado à esfera científica, a desigualdade linguística produz “hierarquias invisíveis” que condicionam a inserção dos autores no espaço global. No domínio acadêmico, isso significa que escrever em inglês não é apenas traduzir palavras, mas ajustar-se a formatos epistêmicos que moldam o que pode ser dito, como pode ser dito e quem é autorizado a dizê-lo.

A introdução deste artigo propõe examinar criticamente esse fenômeno, articulando políticas linguísticas, colonialidade e comunicação científica. Parte-se da premissa de que o inglês, enquanto língua hegemônica da ciência contemporânea, opera como tecnologia de poder que organiza fluxos de reconhecimento, consagração e legitimidade acadêmica. Essa tecnologia, ainda que apresentada como neutra ou funcional, está imbricada em processos históricos de dominação que afetam

diretamente a produção científica latino-americana. Como assinala Canagarajah (2002), a suposta neutralidade do inglês acadêmico esconde relações de força que estruturam desigualdades globais de participação e visibilidade.

Este artigo, portanto, busca analisar como a hegemonia do inglês impacta a produção científica latino-americana e de que modo esse fenômeno se relaciona à colonialidade do saber. Argumenta-se que a dimensão linguística das políticas científicas não pode ser dissociada de suas dimensões epistêmicas e geopolíticas, uma vez que a língua funciona simultaneamente como meio, filtro e instrumento de poder. Nesse sentido, torna-se fundamental compreender como a adoção do inglês como língua franca da ciência reforça hierarquias coloniais e limita a capacidade de pesquisadores latino-americanos de produzir conhecimentos situados, plurais e politicamente localizados.

Ao observar a consolidação do inglês como língua dominante da ciência global, torna-se evidente que tal fenômeno não decorre apenas de razões pragmáticas relacionadas à circulação do conhecimento, mas também da internalização de um paradigma epistêmico que associa valor científico ao idioma hegemônico. Estudos de Hamel (2007) demonstram que a adoção compulsória do inglês em periódicos de alto impacto não favorece necessariamente a qualidade da ciência produzida, mas reforça circuitos de legitimidade que beneficiam instituições e autores do Norte Global. Essa lógica de certificação epistêmica produz efeitos diretos sobre a América Latina, onde a produção em português e espanhol é frequentemente subvalorizada em avaliações bibliométricas internacionais, criando o que Vessuri, Guédon e Cetto (2014) denominam como “zona de invisibilidade científica”, caracterizada por assimetrias de reconhecimento e limitação do alcance global de pesquisas situadas.

Paralelamente, a literatura evidencia que métricas como *impact factor*, *h-index* e indexações em bases como *Web of Science* e *Scopus* configuram dispositivos linguísticos que reforçam a centralidade do inglês. Conforme argumenta Beigel (2014), a lógica que orienta esses indicadores está alinhada às estruturas editoriais transnacionais, criando um sistema de “estratificação acadêmica internacional” no qual periódicos latino-americanos enfrentam obstáculos estruturais para alcançar posições de destaque, obstáculos que se intensificam quando publicam em línguas locais. Essa dinâmica linguístico-epistêmica produz efeitos profundos na carreira dos pesquisadores, que se veem compelidos a “anglicizar” suas práticas discursivas, comprometendo, muitas vezes, a capacidade de produzir análises sensíveis às realidades socio-históricas da região.

Além disso, é necessário considerar que a hegemonia do inglês não atua apenas sobre a visibilidade internacional da ciência latino-americana, mas também sobre sua capacidade de formular epistemologias próprias. A colonialidade do saber, como desenvolvida por Quijano (2000) e aprofundada por Mignolo (2006), refere-se precisamente ao controle epistêmico exercido por centros hegemônicos, que estabelecem critérios de verdade, modos de validação e linguagens autorizadas. Nesse sentido, quando pesquisadores latino-americanos são compelidos a produzir em inglês para serem reconhecidos, ocorre uma dupla operação: linguística e epistêmica. A língua passa a funcionar como filtro que determina quais discursos são inteligíveis para a comunidade científica

global e quais são relegados à periferia. Como afirma Mignolo (2006, p. 689), a colonialidade do saber se sustenta “pela imposição de uma matriz epistêmica eurocentrada que define o que conta como conhecimento válido”. A língua inglesa, nesse processo, atua como dispositivo privilegiado dessa matriz.

Essa problemática torna-se ainda mais evidente quando se analisa a dificuldade de internacionalização de periódicos latino-americanos, que, mesmo produzindo ciência de alta qualidade, enfrentam rejeições sistemáticas de indexadores globais por publicarem em línguas consideradas “de baixa centralidade científica”. De acordo com Alperin (2015), grande parte da ciência latino-americana circula por meio de redes abertas como SciELO e Redalyc, sistemas que democratizam o acesso, mas que permanecem marginalizados por métricas e sistemas de avaliação internacionais dominados por países anglófonos. Essa marginalização reforça a dependência epistêmica, uma vez que a produção local é frequentemente compelida a adaptar-se aos padrões editoriais e discursivos de periódicos internacionais em inglês.

Diante desse cenário, o presente artigo tem como objetivo examinar criticamente de que modo a hegemonia do inglês constitui um mecanismo contemporâneo de colonialidade que afeta a produção científica na América Latina. Parte-se do pressuposto de que a discussão sobre políticas linguísticas no campo científico não pode ser reduzida a questões pragmáticas de comunicação, pois envolve disputas simbólicas, epistêmicas e políticas que estruturam a dinâmica global do conhecimento. Pretende-se, assim, contribuir para o debate sobre soberania epistêmica e justiça cognitiva, discutindo caminhos possíveis para fortalecer a circulação da ciência latino-americana em suas línguas próprias e para construir alternativas ao modelo hegemônico de produção acadêmica global.

1 Metodologia

A presente investigação adota uma abordagem teórico-conceitual crítica, sustentada por métodos próprios das ciências humanas e sociais, especialmente aqueles empregados na Linguística Aplicada crítica, nos estudos decoloniais e na sociologia da ciência. A metodologia utilizada não envolve coleta empírica de dados primários; concentra-se, antes, na análise sistemática e interpretativa de literatura especializada que discute a relação entre políticas linguísticas, hegemonia do inglês e colonialidade do saber na produção científica. Segundo Hernández, Fernández e Baptista (2014), pesquisas desse tipo têm como objetivo “aprofundar categorias teóricas e esclarecer relações conceituais” que emergem de fenômenos complexos e multidimensionais, como é o caso da comunicação científica global.

A seleção da literatura foi orientada por critérios de relevância teórica, rigor acadêmico e centralidade temática. Foram incluídos autores clássicos e contemporâneos dos estudos críticos da linguagem, tais como Phillipson (1992), Canagarajah (2002), Hamel (2007), Mignolo (2006) e Quijano (2000), bem como pesquisas recentes sobre colonialidade, internacionalização acadêmica,

comunicação científica e sistemas de indexação global (Beigel, 2014; Vessuri; Guédon; Cetto, 2014; Lillis; Curry, 2010). Também foram analisados documentos institucionais, como a *Recommendation on Open Science* (UNESCO, 2021), além de estudos sobre ecossistemas regionais de publicação científica, como SciELO, Redalyc e AmeliCA. A inclusão de fontes buscou garantir diversidade epistêmica e abrangência geográfica, evitando a reprodução de uma perspectiva exclusivamente eurocêntrica, em consonância com o princípio da “pluralidade epistêmica” defendido por Santos (2014).

A análise foi conduzida por meio de uma técnica de revisão integrativa crítica, inspirada em Torracco (2005), que propõe a articulação entre diferentes correntes teóricas para gerar novas interpretações e mapear tensões conceituais em campos de conhecimento fragmentados. Esse procedimento consistiu em quatro etapas principais: (1) leitura exploratória da literatura especializada; (2) identificação de categorias analíticas centrais, tais como hegemonia linguística, colonialidade do saber, dependência epistemológica, visibilidade científica e soberania epistêmica; (3) análise interpretativa das convergências e divergências teóricas; e (4) síntese crítica que articula o debate linguístico com a sociologia da ciência e com os estudos decoloniais.

A abordagem teórico-crítica adotada neste estudo busca, conforme Silverman (2013), revelar estruturas discursivas e epistemológicas que sustentam desigualdades científicas, indo além de descrições superficiais e explorando as implicações políticas das práticas linguísticas no campo acadêmico. Ao tratar a língua como tecnologia de poder, esta pesquisa alinha-se à Linguística Aplicada crítica, entendida por Pennycook (2001) como campo que examina relações entre linguagem, ideologia e práticas sociais. Assim, a metodologia escolhida não se limita à descrição do fenômeno, mas adota postura interpretativa e politicamente situada, visando compreender como a hegemonia do inglês atua como dispositivo colonial no sistema científico global.

Por se tratar de pesquisa de natureza teórico-argumentativa, os limites metodológicos concentram-se na ausência de dados empíricos quantitativos ou entrevistas com pesquisadores, o que poderá constituir vertente futura de investigação. No entanto, a profundidade da revisão e a articulação interdisciplinar entre linguística, decolonialidade e estudos da ciência garantem validade analítica e relevância crítica ao estudo. A metodologia, portanto, sustenta uma reflexão aprofundada e rigorosa sobre os efeitos da hegemonia linguística na produção científica latino-americana e sobre as possibilidades de construção de políticas linguísticas emancipatórias.

2 Conceitos Fundamentais e Discussão

A discussão sobre políticas linguísticas, especialmente em contextos pós-coloniais, exige compreender que a língua não é apenas um instrumento de comunicação, mas um dispositivo de poder que estrutura hierarquias sociais, epistemológicas e políticas. Ao longo do século XX, múltiplos estudos demonstraram que processos de padronização linguística, escolha de idiomas oficiais e promoção de línguas hegemônicas estão diretamente vinculados à manutenção de regimes

de dominação simbólica (Bourdieu, 1991). Nesse sentido, a política linguística não se limita a decisões administrativas, mas constitui um “lugar estratégico de disputa pela autoridade epistêmica” (Ricento, 2000), especialmente quando articulada à expansão global do inglês. O fenômeno da “anglicização” da ciência, frequentemente apresentado como evolução natural da comunicação científica, deve ser compreendido dentro desse marco: como parte de um projeto histórico de expansão imperial que reorganiza fluxos de legitimidade e autoridade no campo do conhecimento.

No contexto da colonialidade, a língua é um dos mecanismos centrais de imposição e naturalização da ordem global. Quijano (2000) argumenta que a colonialidade do poder persiste para além do colonialismo formal, pois opera na produção e reprodução de distinções epistêmicas e raciais que estruturam a modernidade. A imposição de línguas coloniais constitui, portanto, um elemento fundante dessa matriz, já que define quais vozes são inteligíveis, quais saberes são reconhecidos e quais epistemologias permanecem invisibilizadas. Como reforça Mignolo (2003, p. 669), “não existe colonialidade sem controle epistêmico, e não existe controle epistêmico sem controle linguístico”. Ao transpor esse debate para o campo da produção científica contemporânea, torna-se evidente que a hegemonia do inglês opera como continuidade desse regime, regulando quem participa da produção global de conhecimento e em quais condições.

A perspectiva crítica sobre políticas linguísticas revela que a expansão global do inglês não pode ser dissociada da lógica neoliberal que orienta as instituições acadêmicas no século XXI. Phillipson (1992) cunhou o termo *linguistic imperialism* (em português, imperialismo linguístico) para designar o modo como o inglês se consolidou como língua dominante em escala planetária não apenas por razões comunicativas, mas por estratégias de poder geopolítico, econômico e cultural. Segundo o autor, essa hegemonia não resulta de uma “seleção natural linguística”, mas de investimentos massivos em infraestruturas educacionais, políticas internacionais e padrões editoriais que colocam a língua inglesa no centro dos processos de certificação científica (Phillipson, 1992). Esse processo produz desigualdades linguísticas estruturais, uma vez que pesquisadores de contextos periféricos precisam adaptar suas práticas discursivas, teóricas e metodológicas à matriz epistêmica dominante para obter reconhecimento institucional.

Além disso, Ricento e Hornberger (1996) argumentam que políticas linguísticas não são neutras, mas produtos de ideologias linguísticas específicas que moldam concepções sobre prestígio, autoridade e legitimidade. No campo científico, tais ideologias tornam-se particularmente visíveis quando a produção em línguas locais, como português e espanhol, passa a ser considerada de menor valor ou de menor impacto, independentemente da qualidade da pesquisa. Essa percepção decorre de um *habitus* científico internacional que associa o inglês à objetividade e universalidade do conhecimento, reforçando o mito do “inglês como língua franca neutra da ciência” (Canagarajah, 2002). No entanto, como demonstram estudos de linguística aplicada crítica, a neutralidade linguística é uma construção política que mascara relações assimétricas de poder.

A intersecção entre políticas linguísticas e colonialidade é particularmente relevante para

compreender as tensões enfrentadas pela América Latina. A região, historicamente marcada por processos de colonização linguística, enfrenta no século XXI um novo tipo de imposição epistêmica: a necessidade de produzir ciência em um idioma que não é o seu. Essa situação produz o que Hamel (2007) denomina “colonialidade linguística contemporânea”, fenômeno que obriga pesquisadores latino-americanos a negociar constantemente entre suas línguas locais, carregadas de historicidade e pertencimento cultural, e o inglês acadêmico, associado à legitimidade e visibilidade global. Como consequência, a política linguística científica vigente não apenas regula formas de comunicação, mas delimita campos de existência epistêmica.

Ademais, compreender políticas linguísticas sob a ótica da colonialidade implica reconhecer que a hegemonia do inglês não é um problema estritamente linguístico, mas estrutural. Envolve agências internacionais, sistemas de avaliação, editoras comerciais, bases indexadoras e regimes métricos que reforçam desigualdades globais (Beigel, 2014; Vessuri; Guédon; Cetto, 2014). Assim, discutir a relação entre língua e ciência na América Latina é, necessariamente, discutir mecanismos de dependência epistemológica e possibilidades de emancipação cognitiva que atravessam as práticas de produção e circulação do saber.

A consolidação do inglês como língua hegemônica da ciência global é um fenômeno histórico que transcende a mera adoção de um idioma comum para comunicação acadêmica. Trata-se de um processo profundamente imbricado na formação dos sistemas científicos modernos, na expansão geopolítica do imperialismo anglo-americano e na mercantilização contemporânea da produção de conhecimento. Diversos autores têm demonstrado que a centralidade do inglês resulta de um conjunto de dispositivos políticos, econômicos e ideológicos que estruturam o campo científico internacional (Phillipson, 1992; Hamel, 2007). Assim, a hegemonia do inglês não emerge de forças espontâneas ou democráticas, mas de um projeto deliberado de construção de infraestrutura editorial, padronização discursiva e regulação das formas legítimas de publicação científica.

Conforme argumenta Hamel (2007), a universalização do inglês como idioma científico deve ser compreendida como fase avançada de um “regime de monolinguismo acadêmico”, que impõe a pesquisadores do mundo inteiro a necessidade de traduzir não apenas seus textos, mas suas formas de pensar e construir conhecimento. O autor demonstra que essa hegemonia se consolida não pela suposta superioridade linguística do inglês, mas pela articulação entre grandes editoras comerciais, indexadores científicos transnacionais e agências de fomento que, ao estabelecerem critérios de avaliação baseados em publicações anglófonas, produzem um círculo vicioso de exclusão linguística. Nessa direção, Canagarajah (2002) destaca que o inglês opera como elemento normativo da comunicação científica ao determinar estilos discursivos, formas de argumentação e referenciais epistêmicos considerados legítimos. Assim, escrever em inglês não é apenas uma escolha linguística, mas uma adesão a um conjunto de expectativas acadêmicas alinhadas ao Norte Global.

A hegemonia linguística também está diretamente associada ao desenvolvimento das grandes bases indexadoras internacionais, como Web of Science e Scopus, cujos critérios de seleção favorecem periódicos com padrões editoriais anglo-americanos. Como apontam Vessuri, Guédon e

Cetto (2014), a estrutura dessas bases reflete não apenas escolhas técnicas, mas uma política editorial que privilegia revistas publicadas exclusivamente em inglês, produzindo uma “geopolítica da indexação” na qual periódicos de línguas periféricas enfrentam sistemática invisibilidade. Essa lógica se intensificou a partir dos anos 1990, com a crescente utilização de métricas como *impact factor*, *h-index* e *citations per document*, que conectam prestígio acadêmico à circulação em periódicos anglófonos.

Além disso, há uma dimensão epistêmica crucial: a dominância do inglês constrói um padrão de ciência global que naturaliza agendas de pesquisa, metodologias e abordagens teóricas oriundas dos centros hegemônicos. Mignolo (2006) argumenta que essa centralidade linguística funciona como mecanismo de colonialidade do saber, uma vez que torna o inglês não apenas o idioma da ciência, mas o idioma da formulação das perguntas científicas, dos critérios de validade e dos marcos interpretativos. Desse modo, a universalização do inglês reduz a diversidade epistêmica ao impor padrões discursivos únicos, frequentemente incompatíveis com tradições intelectuais e realidades socioculturais não anglófonas, como é o caso da América Latina.

Essa dinâmica é reforçada pelas políticas de internacionalização universitária, que frequentemente correlacionam excelência científica com publicação em periódicos internacionais de língua inglesa. Como observa Beigel (2014), tais políticas tendem a ignorar assimetrias históricas e reproduzir mecanismos de dependência acadêmica, pois ampliam a pressão sobre pesquisadores de países periféricos para que produzam em inglês, mesmo que isso comprometa o acesso de suas comunidades locais ao conhecimento produzido. Além disso, o processo de escrever e publicar em inglês implica custos financeiros e cognitivos significativos, incluindo contratação de serviços de tradução e revisão linguística, o que aprofunda desigualdades entre pesquisadores com diferentes níveis de recursos (Lillis; Curry, 2010).

Desta forma, cabe destacar que a hegemonia do inglês também reforça mecanismos de exclusão simbólica. Conforme argumenta Santos (2014), a “monocultura da produção científica” favorece epistemologias eurocentradas e invisibiliza formas alternativas de conhecimento, especialmente aquelas vinculadas às experiências históricas e linguísticas do Sul Global. Assim, a hegemonia do inglês não opera apenas como ferramenta de comunicação, mas como tecnologia de poder que redefine critérios de cientificidade e limita a pluralidade epistêmica no cenário internacional. Esse cenário contribui para consolidar uma estrutura na qual a voz científica autorizada é aquela que se expressa segundo os padrões linguísticos, editoriais e epistêmicos do inglês global.

A discussão sobre a dependência epistemológica no campo científico latino-americano remete à compreensão de que a produção de conhecimento na região tem sido historicamente condicionada por estruturas coloniais que moldam não apenas o conteúdo, mas também as formas, os métodos e os idiomas considerados legítimos para o fazer científico. Segundo Quijano (2000), a colonialidade do saber constitui um dos pilares da matriz colonial de poder, ao definir hierarquias epistêmicas que posicionam o conhecimento europeu, e, posteriormente, norte-americano, como referência

universal. Essa universalização não resulta de uma superioridade intrínseca, mas da imposição histórica de critérios de cientificidade que refletem interesses geopolíticos e econômicos dos centros hegemônicos. Assim, a dependência epistemológica se instala quando pesquisadores do Sul Global precisam recorrer a teorias, paradigmas e metodologias produzidos no Norte para validar suas próprias pesquisas.

Nesse contexto, a língua desempenha papel central, já que a adoção do inglês como idioma dominante da ciência contemporânea reforça a lógica da dependência. Mignolo (2003) enfatiza que o controle epistêmico é inseparável do controle linguístico, pois a língua hegemônica define não apenas como o conhecimento é comunicado, mas quais formas discursivas são reconhecidas como científicas. A produção acadêmica latino-americana, quando não escrita em inglês, frequentemente é relegada a espaços de menor visibilidade, o que configura uma forma de epistemicídio, conceito desenvolvido por Boaventura de Sousa Santos (2014) para designar a destruição simbólica e institucional de epistemologias periféricas. Essa exclusão linguístico-epistêmica limita a capacidade da região de construir referenciais próprios e de contribuir para o debate global com perspectivas localmente situadas.

A dependência epistemológica se manifesta também na forma como as agendas de pesquisa são estruturadas. Conforme aponta Beigel (2014), a internacionalização da ciência, quando orientada exclusivamente pelos critérios dos indexadores internacionais, tende a alinhar os temas de investigação das universidades latino-americanas às prioridades acadêmicas do Norte Global. Assim, pesquisas voltadas às realidades sociais, culturais e políticas da América Latina podem ser marginalizadas, enquanto temas de maior circulação internacional, muitas vezes desconectados das necessidades regionais, são valorizados. Essa dinâmica evidencia o que Grosfoguel (2006) denomina de “geopolítica do conhecimento”, na qual saberes do Sul são frequentemente considerados “contextuais”, enquanto aqueles produzidos no Norte são vistos como universais.

Outro aspecto relevante dessa dependência epistêmica é a internalização de modelos de avaliação científica baseados em métricas internacionais, como *impact factor* e *h-index*, que priorizam publicações em inglês e em periódicos comerciais do Norte. Como demonstram Vessuri, Guédon e Cetto (2014), tais métricas não apenas invisibilizam a ciência produzida em línguas locais, mas também afetam a distribuição de recursos, bolsas, promoções e reconhecimento institucional. A hegemonia dessas métricas cria uma lógica perversa na qual a legitimidade científica está vinculada à conformidade com padrões linguísticos e editoriais externos às realidades latino-americanas. Dessa forma, pesquisadores são induzidos a publicar em inglês para atender exigências de avaliação, mesmo quando tal estratégia compromete o alcance social e comunitário de suas pesquisas.

A colonialidade do saber, portanto, não opera apenas como imposição externa, mas também como processo internalizado nas instituições científicas latino-americanas, que adotam critérios de excelência baseados em sistemas epistemológicos alheios às suas próprias tradições intelectuais. Essa internalização se expressa no fenômeno que Mignolo (2006) denomina “subjetividade colonial”, caracterizada pela tendência dos pesquisadores periféricos a buscar validação epistemológica no

Norte Global, em detrimento da valorização de epistemologias locais. Como resultado, a produção científica da região tende a reproduzir, mesmo inconscientemente, hierarquias epistêmicas que perpetuam a imagem da América Latina como espaço de aplicação, e não de produção de conhecimento.

É fundamental reconhecer, porém, que a dependência epistemológica não constitui destino inevitável. Diversos movimentos acadêmicos e editoriais têm buscado romper com essa lógica, defendendo práticas de “insurgência epistêmica” e de revalorização das línguas locais como instrumentos de emancipação cognitiva (Walsh, 2009). O desafio consiste em articular estratégias que permitam dialogar criticamente com o sistema científico global sem reproduzir suas hierarquias coloniais, promovendo formas mais plurais, inclusivas e equitativas de circulação do conhecimento.

3 A Produção Científica Latino-Americana em Contextos de Assimetria Linguística

A produção científica latino-americana enfrenta um conjunto de barreiras estruturais que não apenas dificultam sua visibilidade internacional, mas também moldam a forma como o conhecimento é produzido, avaliado e legitimado na região. Essas barreiras decorrem de processos históricos que articulam dependências econômicas, institucionais e linguísticas, contribuindo para a manutenção de uma posição periférica na divisão global da produção intelectual. Como observa Beigel (2014), a integração da América Latina aos circuitos internacionais de ciência ocorre de maneira assimétrica, pois as estruturas editoriais, os sistemas de indexação e os critérios de excelência acadêmica são definidos majoritariamente por instituições do Norte Global. Tal assimetria produz um cenário em que a circulação de conhecimento não é neutra, mas atravessada por desigualdades sistemáticas.

Nesse contexto, a língua se manifesta como uma das principais barreiras estruturais. Publicar em inglês tornou-se requisito quase obrigatório para alcançar reconhecimento internacional, seja em termos de citações, indexação ou avaliação institucional. No entanto, essa exigência acarreta custos relevantes para pesquisadores cuja língua materna é o português ou o espanhol. Lillis e Curry (2010) mostram que cientistas de países periféricos enfrentam dificuldades linguísticas, financeiras e simbólicas ao tentar adaptar-se aos padrões discursivos do inglês acadêmico. A contratação de serviços de tradução e revisão, por exemplo, representa despesa significativa, sobretudo em instituições com baixo financiamento para pesquisa. Como consequência, autores latino-americanos podem ser sistematicamente desprivilegiados em processos de revisão por pares, não por inadequação teórica ou metodológica, mas por limitações linguísticas.

Além disso, os sistemas de indexação científica desempenham papel central na consolidação dessa barreira. Bases como Web of Science e Scopus privilegiam periódicos anglófonos e possuem critérios de seleção que frequentemente excluem revistas latino-americanas, especialmente aquelas que publicam em português ou espanhol. Vessuri, Guédon e Cetto (2014) destacam que essa “geopolítica da indexação” reforça um circuito fechado em que os periódicos incluídos nessas bases

ampliam sua circulação e impacto, enquanto revistas fora desses sistemas permanecem invisíveis. Essa invisibilidade não está relacionada à qualidade da ciência produzida, mas a decisões editoriais que priorizam o inglês como idioma dominante e que reproduzem estruturas coloniais de legitimação.

Outro obstáculo estrutural diz respeito ao financiamento da pesquisa. A escassez de recursos em muitos países latino-americanos limita a capacidade de produção científica e dificulta o acesso a processos de internacionalização. A hegemonia do inglês é reforçada por desigualdades econômicas que restringem a participação plena da região no mercado editorial global, dominado por grandes editoras comerciais sediadas nos Estados Unidos e Europa. Como aponta Santos (2014), o capitalismo cognitivo consolidou um sistema em que o conhecimento científico é mercantilizado, com altos custos de publicação e acesso, um modelo incompatível com as condições financeiras de muitas instituições latino-americanas.

Do ponto de vista institucional, políticas de avaliação e progressão nas carreiras acadêmicas frequentemente replicam critérios importados, exigindo publicações em periódicos de alto impacto e vinculando o prestígio acadêmico à circulação internacional em inglês. Esse processo, denominado por De Sousa Santos (2018) como “colonialidade universitária”, produz uma profunda contradição: ao mesmo tempo em que se exige impacto global, o sistema desvaloriza produções que dialogam com realidades locais e regionais, reduzindo o espaço para epistemologias latino-americanas. Assim, pesquisadores enfrentam dilema persistente entre publicar em inglês, e, portanto, alcançar visibilidade internacional, ou publicar em suas línguas locais, contribuindo para a construção de conhecimento socialmente relevante, mas com menor reconhecimento institucional.

É importante observar ainda que essas barreiras não são meramente externas; elas se manifestam dentro das próprias instituições latino-americanas. A naturalização do inglês como requisito para excelência acadêmica reforça o que Grosfoguel (2006) denomina “subjetividade colonial”, caracterizada pela interiorização de padrões epistêmicos hegemônicos e pela subvalorização das produções locais. Assim, a estrutura científica internacional molda não apenas a circulação externa da ciência latino-americana, mas também seus critérios internos de validação e reconhecimento.

Assim sendo, a análise das barreiras estruturais evidencia que a assimetria linguística não é apenas um problema técnico, mas um fenômeno político e epistêmico profundamente conectado às formas contemporâneas de colonialidade. A exclusão linguística produz desigualdades que se estendem para a distribuição de recursos, para o estabelecimento de parcerias internacionais e para a própria definição do que é considerado conhecimento científico relevante. A superação dessas barreiras requer, portanto, não apenas ajustes técnicos, mas transformações profundas nas políticas científicas e na compreensão do papel da língua na constituição da autoridade epistêmica global.

A indexação científica internacional desempenha papel central na organização do sistema global de produção e circulação do conhecimento, funcionando como mecanismo de visibilidade, reconhecimento e consagração acadêmica. No entanto, como afirmam Vessuri, Guédon e Cetto

(2014), esse sistema está longe de ser neutro: ele opera dentro de uma lógica geopolítica que privilegia determinados idiomas, regiões e modelos editoriais, transformando as bases indexadoras em filtros epistêmicos que definem quais vozes serão ouvidas e quais permanecerão invisíveis. Nesse sentido, a predominância do inglês nas principais bases internacionais, *Web of Science*, *Scopus* e, mais recentemente, *Dimensions*, reflete a consolidação de um “regime global de certificação científica” que tende a marginalizar a produção realizada em línguas periféricas ou em países fora do eixo anglo-europeu (Beigel, 2014).

Os critérios adotados por essas bases reforçam de maneira estrutural a centralidade do inglês. A exigência de títulos, resumos e palavras-chave em inglês, embora apresentada como requisito técnico de internacionalização, atua como mecanismo seletivo que favorece periódicos anglófonos e limita o ingresso de revistas que publicam majoritariamente em português ou espanhol. Ademais, as bases consideram índices de citação fortemente influenciados pela língua dominante: como a maior parte das revistas de alto impacto publica em inglês, a probabilidade de artigos em outros idiomas serem citados é significativamente menor, criando um ciclo autorreforçado de subcitação (Hamel, 2007). Esse fenômeno, amplamente documentado, não reflete falta de qualidade científica, mas a desigualdade linguística que estrutura o ecossistema de citações.

A literatura demonstra que, ao definirem critérios editoriais e métricos baseados em práticas do Norte Global, as bases indexadoras acabam reproduzindo a colonialidade do saber. Como observa Mignolo (2006), o poder epistêmico se exerce quando determinadas formas de conhecimento são consideradas universais, enquanto outras são classificadas como locais, particulares ou de menor relevância. Os indexadores, ao priorizar periódicos anglófonos, reforçam esse regime de universalidade, posicionando o inglês como idioma natural da ciência e relegando produções em português e espanhol a espaços de marginalidade. O processo não é meramente técnico, mas político: trata-se de determinar quais epistemologias são inseridas no debate global e quais são sistematicamente excluídas.

Outro componente relevante desse processo diz respeito ao papel das editoras comerciais internacionais, como *Elsevier*, *Springer*, *Wiley* e *Taylor & Francis*. Essas editoras, ao controlarem grande parte do mercado editorial global, estabelecem padrões de publicação e indexação que favorecem periódicos de língua inglesa e contribuem para consolidar métricas como *impact factor* como moeda de prestígio acadêmico (Larivière; Haustein; Mongeon, 2015). Tais estruturas corporativas moldam profundamente a avaliação científica em escala global, fazendo com que instituições latino-americanas passem a medir sua produtividade conforme critérios externos, frequentemente descolados das necessidades epistemológicas da região. Assim, a indexação opera simultaneamente como instrumento de legitimação e como mecanismo de colonialidade estrutural.

Nesse contexto, a ciência latino-americana enfrenta paradoxos. Por um lado, a inclusão em bases internacionais é vista como indicador de excelência, promovendo visibilidade e competitividade; por outro, essa inclusão depende de adequações linguísticas e editoriais que frequentemente descaracterizam a produção local e a desviam de seus públicos naturais. Isso gera o

que Alperin (2015) denomina “deslocamento comunicacional”: pesquisas produzidas para contextos latino-americanos são publicadas em inglês para atingir melhores indicadores, mas perdem impacto social e legibilidade para aqueles que mais poderiam se beneficiar do conhecimento produzido. Trata-se, portanto, de uma dupla exclusão: a ciência latino-americana é invisibilizada globalmente quando publicada em línguas locais e torna-se inacessível regionalmente quando traduzida ao inglês para atender aos indexadores internacionais.

Por conseguinte, a análise crítica das bases internacionais revela que o inglês opera como verdadeiro filtro epistêmico, delimitando os contornos do que é reconhecido como ciência global. Esse filtro não apenas seleciona textos, mas define agendas de pesquisa, orienta políticas institucionais e molda subjetividades científicas. Como observa Casanova (2002) no campo literário, e que se aplica de forma contundente ao campo científico, “as línguas possuem capitais desiguais no mercado simbólico internacional”. Assim, a indexação internacional transforma desigualdade linguística em desigualdade epistêmica, perpetuando uma hierarquia colonial na qual o inglês ocupa o topo e as línguas latino-americanas permanecem em posições subordinadas.

4 Impactos da Hegemonia do Inglês e Caminhos para Políticas Linguísticas Emancipatórias

A hegemonia do inglês produz efeitos diretos sobre a circulação, interpretação e legitimação do conhecimento científico latino-americano, configurando aquilo que Boaventura de Sousa Santos (2014) denomina epistemicídio, a sistemática desvalorização ou eliminação simbólica de epistemologias não alinhadas à matriz euro-norte-americana de produção científica. Esse processo ocorre não por meio de censura explícita, mas por mecanismos subtis de exclusão estrutural: ausência de indexação, baixa visibilidade internacional, subcitação e exigências linguístico-discursivas que favorecem apenas determinados tipos de conhecimento. Como enfatiza Santos (2014, p. 29), “a epistemologia dominante opera classificando vastos conjuntos de saberes como irrelevantes ou inexistentes”, e a língua desempenha papel central nesse processo.

No caso latino-americano, a invisibilização epistêmica resulta da interação entre barreiras linguísticas, econômicas e editoriais, que relegam produções em português e espanhol a circuitos restritos. Mesmo quando publicadas em revistas de alta qualidade, como muitas da plataforma SciELO, essas pesquisas são frequentemente ignoradas por indexadores hegemônicos, reforçando a percepção equivocada de que o conhecimento produzido na região possui menor valor científico. Esse tipo de marginalização cria um ciclo de deslegitimação que afeta não apenas a visibilidade, mas também a própria autopercepção dos pesquisadores, contribuindo para o fenômeno descrito por Mignolo (2003) como “subjetividade colonial”: a internalização de hierarquias que posicionam o Norte como fonte de conhecimento e o Sul como mero receptor ou aplicador.

A hegemonia do inglês também funciona como dispositivo de constrangimento discursivo. Como mostram Lillis e Curry (2010), o inglês acadêmico não é apenas um idioma, mas um conjunto de normas argumentativas, retóricas e estilísticas que moldam categorias de pensamento. Assim, ao

publicar em inglês, pesquisadores latino-americanos frequentemente ajustam seus marcos conceituais, perguntas de pesquisa e enquadramentos analíticos para atender às expectativas de revisores internacionais, o que pode conduzir à diluição das especificidades regionais e à marginalização de temas locais. Quando determinadas agendas de pesquisa são consideradas “muito locais”, “pouco universais” ou “insuficientemente teóricas”, opera-se um tipo de violência epistêmica que invisibiliza realidades latino-americanas e impede que sejam reconhecidas como contribuições legítimas ao debate global.

Além disso, o sistema de métricas internacionais reforça essas assimetrias ao vincular prestígio acadêmico à publicação em inglês. O *impact factor*, construído historicamente por editoras comerciais anglófonas, converte desigualdades linguísticas em um indicador supostamente objetivo de qualidade, perpetuando a falsa equivalência entre língua e excelência científica. Como observam Larivière, Haustein e Mongeon (2015), essa concentração de citações em periódicos anglófonos não reflete a qualidade do conteúdo, mas o domínio editorial das grandes corporações.

Apesar da força da hegemonia do inglês, há importantes movimentos de resistência no campo da comunicação científica latino-americana. Essas iniciativas buscam estabelecer políticas linguísticas que promovam soberania epistêmica, ampliem a circulação de pesquisas em línguas locais e contestem a lógica colonial dos indexadores internacionais. *SciELO*, *Redalyc* e *AmeliCA* constituem exemplos paradigmáticos de infraestruturas de conhecimento abertas e não comerciais, inspiradas em princípios de ciência pública e pluralidade linguística (Alperin; Fischman; Willinsky, 2008). Diferentemente dos modelos anglófonos baseados em lucro, essas plataformas valorizam o acesso aberto, a diversidade de idiomas e a centralidade das comunidades acadêmicas locais, oferecendo alternativas concretas ao modelo dominante.

Essas iniciativas também operam como políticas de contra-hegemonia linguística, ao promover a publicação em português e espanhol e revalorizar a ciência situada como componente legítimo da produção global de conhecimento. Beigel (2023) argumenta que o fortalecimento de ecossistemas regionais de publicação científica é condição essencial para resistir à colonialidade acadêmica e construir uma ciência mais diversa e representativa. Nessa perspectiva, a pluralidade linguística não é apenas uma questão cultural, mas um princípio epistêmico que amplia o horizonte do pensável e do dizível dentro da academia.

Outra dimensão promissora envolve a discussão sobre multilinguismo científico, que vem ganhando força em organismos internacionais como UNESCO e CLACSO. A Recomendação da UNESCO sobre Ciência Aberta (2021) afirma explicitamente que o multilinguismo é parte essencial da equidade epistêmica e que promover línguas locais no ecossistema científico reduz desigualdades e fortalece a relevância social da ciência. Assim, políticas linguísticas emancipatórias devem articular-se à ciência aberta, à democratização do acesso e à valorização de epistemologias plurais.

Além disso, o fortalecimento do multilinguismo exige transformações internas nas universidades latino-americanas. É necessário redefinir critérios de avaliação docente e de pós-graduação, reduzindo a dependência de métricas baseadas em indexadores internacionais e

reconhecendo a importância da produção em línguas locais. Isso inclui: valorização de livros e capítulos, reconhecimento de periódicos regionais de qualidade, estímulo a publicações bilíngues e promoção de redes colaborativas Sul-Sul. Como mostra Grosfoguel (2006), a verdadeira descolonização epistêmica exige deslocamento das referências hegemônicas e reconstrução de critérios a partir das realidades locais.

Em último lugar, políticas linguísticas emancipadoras precisam dialogar com estratégias tecnológicas. Iniciativas de tradução automática de alta precisão, repositórios multilíngues, publicações bilíngues e uso de inteligência artificial para ampliação de acessibilidade linguística constituem ferramentas que, se usadas de maneira ética, podem reduzir desigualdades e democratizar a circulação do conhecimento. Essas tecnologias, quando alinhadas à soberania científica e à pluralidade epistêmica, contribuem para a construção de um sistema científico mais justo, diverso e verdadeiramente global.

Considerações finais

A discussão realizada ao longo deste artigo evidencia que a hegemonia do inglês na comunicação científica não constitui um fenômeno periférico, mas um dos pilares estruturantes da ordem epistêmica global contemporânea. A centralidade dessa língua opera como mecanismo de hierarquização do conhecimento, determinando com precisão quais vozes alcançam legitimidade e quais permanecem marginalizadas. Tal processo se insere na continuidade histórica da colonialidade do saber, conceito formulado por Quijano (2000) e aprofundado por Mignolo (2003), segundo o qual o controle epistêmico é parte constitutiva da modernidade colonial. A imposição linguística, nesse contexto, deve ser compreendida como tecnologia de poder que regula acesso, circulação e reconhecimento no campo científico transnacional.

A América Latina, como demonstrado, encontra-se em posição especialmente vulnerável dentro desse sistema. A produção científica da região, embora vasta, qualificada e socialmente relevante, permanece circunscrita a circuitos de baixa visibilidade internacional devido à predominância de línguas não hegemônicas, às barreiras de indexação e às pressões institucionais que vinculam “excelência” ao alinhamento com padrões anglófonos. Essa combinação produz efeitos profundos sobre a subjetividade científica dos pesquisadores latino-americanos, que frequentemente internalizam a ideia de que somente a publicação em inglês confere valor universal ao conhecimento, um processo que contribui para o apagamento de tradições intelectuais locais e para a reprodução de dependências teóricas, metodológicas e discursivas.

Contudo, embora o diagnóstico seja crítico, ele não aponta para um cenário de inevitabilidade. As análises aqui desenvolvidas mostram que existem brechas e contramovimentos capazes de tensionar e reconfigurar a estrutura hegemônica. Plataformas como SciELO, Redalyc e AmeliCA demonstram que é possível construir infraestruturas editoriais baseadas em princípios de ciência aberta, soberania informacional e pluralidade linguística. Ao valorizarem o português e o espanhol,

essas iniciativas operam como contracorrentes da colonialidade linguística, mostrando que a internacionalização pode ocorrer sem submissão aos padrões do Norte Global. Além disso, organismos multilaterais, como a UNESCO, têm reafirmado a importância estratégica do multilinguismo para a democratização do conhecimento, reconhecendo que a diversidade linguística constitui parte fundamental da justiça epistêmica.

Em vista disso, torna-se imprescindível que universidades, agências de fomento e sistemas de avaliação latino-americanos realizem movimentos concretos de transformação. Isso envolve, entre outras ações: revisar critérios de avaliação que privilegiam exclusivamente periódicos anglófonos; promover políticas institucionais que valorizem publicações em línguas locais; incentivar revistas bilíngues ou multilíngues; investir em tecnologias de tradução ética e acessível; e fortalecer redes de colaboração científica Sul-Sul. Trata-se de afirmar que a ciência latino-americana não deve ser traduzida apenas para alcançar o mundo, mas também deve ser capaz de falar ao mundo desde sua própria localização linguística, histórica e epistemológica.

Por último, a reflexão aqui desenvolvida permite reconhecer que a questão linguística não é mero aspecto formal da comunicação, mas dimensão estruturante das lutas contemporâneas por autonomia cognitiva, cidadania epistêmica e descolonização do saber. A hegemonia do inglês, ainda que funcional em muitos contextos, não pode ser naturalizada como destino inquestionável da ciência. Pelo contrário, deve ser entendida como fenômeno histórico, contingente e político, passível de contestação. Construir uma ciência global mais equânime exige recuperar o direito das comunidades científicas de falar, pensar e produzir conhecimento em suas línguas próprias, reafirmando que a diversidade linguística é não apenas uma riqueza cultural, mas condição para o florescimento de epistemologias plurais e, portanto, para o futuro democrático do conhecimento.

Referências

ALPERIN, Juan Pablo. The public impact of Latin American journals: how SciELO and RedALyC are expanding knowledge visibility. **Information Development**, v. 31, n. 5, p. 477-485, 2015. Disponível em:

<https://stacks.stanford.edu/file/druid:jr256tk1194/AlperinDissertationFinalPublicImpact-augmented.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2025.

ALPERIN, Juan Pablo; FISCHMAN, Gustavo; WILLINSKY, John. Scholarly communication strategies in Latin America: a study of publishing practices in Brazilian and Argentinian universities. **Education Policy Analysis Archives**, v. 16, n. 24, p. 1-23, 2008. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/Scholarly-Communication-Strategies-in-Latin-Alperin-Fischman/28ab3d83b2402e5c1713bf6bd68bfd4bf9aa81f4>. Acesso em: 19 out. 2025.

BEIGEL, Fernanda. **Ecologias acadêmicas e internacionalização desigual**. Buenos Aires: CLACSO, 2023.

BEIGEL, Fernanda. Publishing from the periphery: Structural heterogeneity and segmented circuits.

Current Sociology, v. 62, n. 5, p. 743-763, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0011392114533977>. Acesso em: 15 nov. 2025.

BOURDIEU, Pierre. **Language and symbolic power**. Cambridge: Polity Press, 1991.

CANAGARAJAH, Suresh. **A geopolitics of academic writing**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2002.

CASANOVA, Pascale. **La República Mundial de las Letras**. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

GROSFOGUEL, Ramón. The epistemic decolonial turn. **Cultural Studies**, v. 21, n. 2-3, p. 211-223, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09502380601162514>. Acesso em: 11 nov. 2025.

HAMEL, Rainer Enrique. The dominance of English in the international scientific periodical literature. **AILA Review**, v. 20, p. 53-71, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1075/aila.20.06ham>. Acesso em: 11 nov. 2025.

HERNÁNDEZ, Roberto; FERNÁNDEZ, Carlos; BAPTISTA, Pilar. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

LARIVIÈRE, Vincent; HAUSTEIN, Stefanie; MONGEON, Philippe. The oligopoly of academic publishers in the digital era. **PLoS ONE**, v. 10, n. 6, p. 1-15, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0127502>. Acesso em: 19 nov. 2025.

LILLIS, Theresa; CURRY, Mary Jane. **Academic writing in a global context: The politics and practices of publishing in English**. London: Routledge, 2010.

MIGNOLO, D. Walter. Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluriversalidade epistêmica. In Sousa Santos, Boaventura de (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**. Um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2006.

PENNYCOOK, Alastair. **Critical applied linguistics: A critical introduction**. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 2001.

PHILLIPSON, Robert. **Linguistic imperialism**. Oxford: Oxford University Press, 1992.

QUJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. **Revista Internacional de Ciencias Sociales**, v. 50, n. 168, p. 533-580, 2000. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 28 out. 2025.

RICENTO, Thomas. **Ideology, politics and language policies: Focus on English**. Amsterdam: John Benjamins, 2000.

RICENTO, Thomas; HORNBERGER, Nancy. Unpeeling the onion: Language planning and policy. **TESOL Quarterly**, v. 30, n. 3, p. 401-427, 1996. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/3587691>. Acesso em: 28 out. 2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: Para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. São Paulo: Cortez, 2018.

SILVERMAN, David. **Interpreting qualitative data**. 4. ed. London: SAGE Publications, 2013.

TORRACO, Richard J. Writing integrative literature reviews: Guidelines and examples. **Human Resource Development Review**, v. 4, n. 3, p. 356–367, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1534484305278283>. Acesso em: 29 out. 2025.

UNESCO. **Recommendation on Open Science**. Paris: UNESCO Publishing, 2021.

VESSURI, Hebe; GUÉDON, Jean-Claude; CETTO, Ana María. Excellence or quality? Impact of the current competition regime on science and scientific publishing in Latin America and its implications for development. **Current Sociology**, v. 62, n. 5, p. 647-665, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0011392113512839>. Acesso em: 11 nov. 2025.

WALSH, Catherine. Interculturalidad crítica y pedagogía de-colonial: discusiones desde una perspectiva “otra”. **Revista Educação e Sociedade**, v. 30, n. 109, p. 45-70, 2009. Disponível em: <https://sermixe.org/wp-content/uploads/2020/08/Lectura10.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2025.